



OS DESAFIOS IDENTITÁRIOS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

GEILA SANTOS DE SOUSA

RESUMO

O trabalho se propõe analisar através da revisão da literatura as representações de alunos com deficiência na contemporaneidade. A pergunta norteadora foi: Como as representações identitárias do aluno com deficiência se percebe na escola atual? Nesse sentido, buscou-se referenciais bibliográficos dos Estudos Pós-estruturalistas e plataformas de pesquisas acadêmicas. Com isso, constatou-se que as identidades de alunos com deficiência são oriundas de processos sócio-histórico-culturais que os concebem interpelados como produto das relações de poder que se estabelecem em sociedades que os discriminam.

Palavras-chave: Identidades, desafios, alunos, deficiência; representações.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito perceber, à luz dos estudos sobre pós-modernidade, quais representações identitárias do aluno com deficiência se percebe na escola contemporânea. Essa questão surgiu a partir de experiências enquanto profissional da educação especial, atuando com esse público-alvo em que muitos eventos históricos e atuais têm mostrado o desafio na escolarização de alunos com deficiência que, por vezes, mostram-se incipientes e de ordem pedagógica puramente pelo viés de socialização.

Acerca disso, o trabalho ora apresentado tem abordagem Pós-estruturalista com embasamento bibliográfico em Hall (2001), Bauman (1999) e Woodward *apud* Silva (2008), dentre outros autores, os quais retratam de forma geral a identidade do sujeito como dependente dos processos de transformações sociopolíticas, culturais e econômicas que acabam agregando-se aos modos de ser e viver, de forma a influenciar diretamente na vida dos cidadãos. Ou seja, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, deslocando-as do verdadeiro “EU”. Dito isso, o trabalho reverbera para a identificação dos seguintes aspectos sobre identidades da pessoa com deficiência:

1.1 ALUNO COM DEFICIÊNCIA E O DISCURSO IDENTITÁRIO NA PÓS-MODERNIDADE

A discursão sobre identidade, é o fio condutor para compreendermos como ocorre a inserção social e escolar da pessoa com deficiência, com vista ao olhar epistemológico voltados para os Estudos Pós-estruturalistas, que segundo Magalhães; Cardoso (2010, p. 42), deslocam a temática sob o governo e a biopolítica com esmero a problematizar como se têm constituído na prática o processo de inclusão.

Essas transposições de identidades influenciam nos processos escolares dos sujeitos e significativamente na formação escolar dos alunos com autismo de modo a inibir o processo cognitivo, reduzindo-o à socialização do mesmo. Assim, as suas trajetórias de vida podem ser comprometidas.

Esses atravessamentos, reduzem o verdadeiro sentido do termo identidade, conforme expõe Hall (2001, p. 12), o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e

estável, está se tornando fragmentado, composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. O que revela as diferenças socioeducacionais, assim como a organização de políticas excludentes com discursos benevolentes, como ocorre por vezes, nas políticas de educação especial na perspectiva inclusiva. Como diria Lopes (2007, p. 13):

O conceito de diferença, considerando a escola e o currículo, é geralmente traduzido como diversidade ou identidade. Neste recorte epistemológico, tanto as escolas quanto os cursos de formação de professores, através de seus currículos se movimentam na intenção de criar posições específicas capazes de traduzir a todos.

A autora nos remete à crítica de que, a escola tem pensado a educação de forma diferente para cada identidade. Ou seja, se o aluno tem alguma deficiência, o currículo terá que ser diferente. É assim que as legislações são postas. Contudo, se analisa que para incluir, não é necessário excluir.

Asseverando esse contexto sobre diferença e identidade do aluno com deficiência, Lopes (2007, p. 20), diz que o conceito de diferença presente nos discursos que falam da escola inclusiva, principalmente aqueles veiculados comumente pelas políticas públicas, reduz a diferença à diversidade. E ainda, complementa, dizendo que, no caso específico do discurso legal, a diferença pressupõe uma materialidade que acaba em si mesma. Nessa vertente, Bauman (1999, p. 22) enfatiza que:

Assim, a normalidade é o outro da norma, o desvio é o outro do cumprimento da lei, a doença é o outro da saúde, a barbárie o outro da civilização, o animal o outro do humano, a mulher o outro do homem, o forasteiro o outro do nativo, o inimigo o outro do amigo, “eles” os outros de “nós”, a insanidade o outro da razão, o estrangeiro o outro do súdito do Estado, o público leigo o outro do especialista.

Em outras palavras, entende-se que na sociedade pós-moderna a educação para pessoas com deficiência, assim como para os demais movimentos, dependerá sempre de o “outro contrário”, nesse caso, a in/exclusão.

Nessa direção, cita-se Woodward *apud* Silva (2008, p. 40-42), ao destacar que a identidade não é o oposto da diferença, mas depende da diferença. As formas diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Analisa também que as formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades.

Assim também Woodward *apud* Silva (2008, p. 55) diz que a "Subjetividade" sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. Ou seja:

Envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre "quem nós somos". Vivemos nossa subjetividade em um contexto social, no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se nos recrutam como sujeitos. Os sujeitos são sujeitados ao discurso e devem assumi-lo como indivíduos que se posicionam a si próprios.

Dito isso, conforme o autor, as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. A subjetividade inclui as dimensões inconscientes do eu, o que implica a existência de contradições. E essas contradições se instauram como representações daquilo que somos através da linguagem, concebida por Hall (1997, p. 25), como o processo pelo qual membros de uma cultura, usam a linguagem para produzir sentido estereotipados. Processo esse, bem comum com alunos com deficiência.

Concernente a isso, é importante citar que a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. Assim, diz Gledhill; (1997); Nixon, (1997):

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Por exemplo, a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero (WOODWARD, 2008, p. 17).

Diante do propósito da pesquisa, o qual “perceber, à luz dos estudos sobre pós-modernidade, quais representações identitárias do aluno com deficiência”, se percebe na escola contemporânea, os efeitos estereotipados e representacionais de outrem, por meio de influências da sociedade, dos meios midiáticos e outros instrumentos, os quais influenciam nas relações sociais que por sua vez, influencia na identificação do EU.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia situa-se nos estudos pós-estruturalistas, buscando analisar literaturas de Hall (2001), Bauman (1999), dentre outros autores, que refinam suas teses e análises para compreender os atravessamentos socioculturais e políticos da sociedade neoliberal. Nesse esmero, pesquisou-se em plataformas científicas como SciELO, Capes, Google acadêmico, e, sobretudo, nos referenciais teóricos do doutoramento em educação, enfatizando o campo de pesquisa dos Estudos Culturais em Educação, com ênfase aos estudos sobre diferenças e identidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das análises teóricas e empíricas sobre como as representações identitárias do aluno com deficiência são manifestadas na escola atual, pontua-se como resultados a percepção, inicialmente, como profissional da educação, o estereótipo do aluno com deficiência como um ser infantilizado e impotente para a realização de certas atividades pedagógicas. A operacionalização de práticas cognitivas volta-se para a socialização e atividades repetitivas. Há acentuada dificuldade do professor da sala comum na elaboração de um plano individualizado, considerando as especificidades do aluno. Ademais, verifica-se pouco engajamento no trabalho colaborativo entre o professor do Atendimento Educacional Especializado com o professor do Ensino Regular. Esse fato leva-nos a evidenciar a precária gestão na efetivação de metas e ações que incluam a educação especial na perspectiva inclusiva nos planos e projetos educacionais. Diante dessas percepções, ratifica-se a potencialidade dos estudos culturais em educação no sentido de problematizar o que é naturalizado indo de encontro com certos paradigmas conceituais que cerceiam direitos e a participação do sujeito nos movimentos sociais e na conjuntura da vida social, neste caso, mas especificamente, a representação do aluno com deficiência no contexto escolar.

Nesse sentido, percebe-se também a dialogicidade dos autores quanto o deslocamento da escola para atender o status de imperativo do Estado. Ou seja, ocorre a preponderância dos sistemas de biopoder para sustentar o materialismo histórico, concentrado no positivismo e no capitalismo imbricados no “chão da escola”. Com isso, vê-se o aumento das desigualdades socioculturais, políticas e econômicas.

Na oportunidade, parafraseia-se Traversini; Lockmann; Goulart (2019, p. 1570), quando

frisam que as incertezas que rondam o país, o dismantelamento das políticas sociais contemporâneas, bem como a fragilização e a desconstrução dos direitos sociais e educacionais, são situações que caracterizam o terreno movediço pelo qual transitam, cotidianamente, todos os brasileiros e brasileiras. Tudo isso, se caracteriza como desmonte da social democracia, fato este que há algum tempo assola a maioria dos sujeitos.

4 CONCLUSÃO

Diante das leituras e discussões sobre alunos com deficiência na pós-modernidade, pontua-se que o processo identitário do sujeito é um fato histórico oriundo de conceituações acerca da crise de identidades vividas e atravessadas na pós-modernidade, como diria Bauman (2005) *apud* Magalhães; Cardoso (2010, p. 46), “a centralidade desta questão se justifica porque a noção de identidade herdada da modernidade naufraga em um contexto fluido em que verdades são postas em xeque, e nascem outras formas de sociabilidade sob os auspícios da globalização do mundo capitalista moderno”.

Dessa forma, parafraseando Magalhães; Cardoso (2010, p. 40), entende-se que a identidade é entendida como constructo sócio-histórico-cultural, e mediada por relações de poder, e a algo fluido e metamórfico. Por isso, os autores examinam que as relações entre diferença e identidade, se sustentam em conceitos imbricados no contexto dessa crise.

Neste sentido, contextualiza-se analiticamente com Magalhães; Cardoso (2010, p. 41), de que a identidade da pessoa com deficiência tende a sofrer, em virtude do estigma, processos de controle social nos quais são negadas importantes oportunidades de metamorfose. Ou seja, para a sociedade biopolítica, é bem mais cômodo mostrar que o sujeito está “incluído”, de forma notificada em legislações, do que permitir que se viva a sua própria identidade, pois isso implicaria “desgoverno” do poder da esfera capitalista sob os que estão à margem da sociedade. Nesse caso, as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Introdução – **A busca da ordem**. In: _____ **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Introd. p. 9-26).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 7-76.

HALL, Stuart. **The spectacle of the ‘other’**. In: HALL, Stuart. **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage/Open University, 1997, p. 223-290.

LOPES, M.C. DAL’IGNA, M. C. (Org.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas. Ed. ULBRA. 2007.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-5742010000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 de Ab. 2021.

TRAVERSINI, Clarice Salete; LOCKMANN, Kamila; GOULART, Ligia Beatriz. **Uma ação de contraconduta no currículo para o enfrentamento à distorção idade-série em tempos de neoliberalismo: o Projeto Trajetórias Criativas**. Revista e-Curriculum, v. 17, n. 4, p. 1566-1586, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44654>. Acesso em: 03 mar. 2020.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 7-72.